

Aula 8

REVOLUÇÃO DE 1930

META

Analisar o rico material iconográfico e fonográfico da pesquisa de Silvio Back para o documentário Revolução de 30 (1980), apresentando o debate historiográfico das diversas interpretações deste episódio histórico.

OBJETIVOS

Compreender a importância da Revolução de 1930 para a história do Brasil
Situar o documentário no debate historiográfico sobre a Revolução de 1930
Confrontar as idéias dos historiadores presentes no documentário – Edgar Carone, Boris Fausto e Paulo Sérgio Pinheiro - como forma de pensar a pluralidade de interpretações sobre a Revolução de 1930;
Compreender a importância da pesquisa iconográfica e musical desenvolvida pelo filme para pensarmos em novas fontes para a pesquisa histórica.

PRÉ-REQUISITOS

Assistir ao documentário Revolução de 30 (1980) e leitura atenta do manifesto de Luís Carlos Prestes, na Aula 7.

Antônio Fernando de Araújo Sá

INTRODUÇÃO

Caro aluno, que bom nos encontrarmos mais uma vez.

Estamos quase chegando à metade da nossa disciplina.

Já percorremos um bom caminho e esperamos que você esteja bastante animado para seguir em frente. Vamos lá!?

Na aula passada, transitamos por um dos episódios de destaque do movimento tenentista: a Coluna Prestes. Conhecemos visões diferenciadas sobre ele, com base nas reflexões de Nelson Werneck Sodré e José Augusto Drumond.

Nesta aula, vamos transitar pela Revolução de 1930, com base nos depoimentos de três historiadores que contribuíram significativamente para a produção do documentário indicado para você assistir. Estamos falando de Edgar Carone, Boris Fausto e Paulo Sérgio Pinheiro. Num primeiro momento, você poderá observar que essa revolução teve diversas abordagens históricas, considerando não somente os diferentes períodos em que foi estudada, mas também os vários historiadores que debateram esta temática. No segundo momento desta aula, apresentaremos as idéias dos autores já mencionados e, em seguida, nosso posicionamento sobre a revolução.



REVOLUÇÃO DE 1930

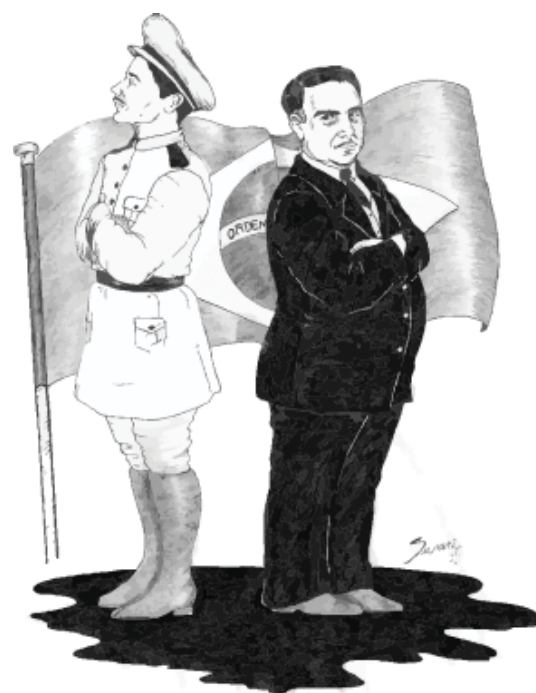
Nesta primeira etapa, vamos conhecer visões diferenciadas sobre este episódio nos diversos períodos que o seguiram.

A Revolução de 1930 permaneceu, pelo menos até a década de 1980, como uma das temáticas mais polêmicas da historiografia brasileira contemporânea. Desde os anos 30 do século XX, esse debate foi marcado por reavaliações constantes, motivadas pelas conjunturas político-ideológicas de cada momento histórico.

Como a sociedade brasileira, após outubro de 1930, foi marcada por forte instabilidade e por um intenso debate em torno da idéia de uma ruptura revolucionária, uma profusão de imagens irrompeu no imaginário social em torno da idéia de país: “crise”, “desordem”, “encruzilhada”, “caos”, “novo” etc. Estes discursos e imagens evidenciam não apenas a grande instabilidade política, mas também a pluralidade de propostas. Nos variados registros (na imprensa, em anais, como em ensaios, memórias e até na literatura), o conceito de “revolução” aparece como central para todas as vozes envolvidas. Desta forma, o termo “revolução” aparece

não somente em seu sentido do senso comum – o de um movimento militar de força que substituiria as práticas políticas legais, movimentos esses muito freqüentes nos anos 20 e 30 – mas também no sentido de transformações estruturais para a sociedade brasileira (BORGES, 1998, p. 161).

Do debate contemporâneo aos acontecimentos de 1930, destacamos dois autores que, de diferentes maneiras, marcariam a discussão posterior sobre o caráter da Revolução de 1930. O primeiro é Virgínio Santa Rosa, com seu livro *O sentido do Tenentismo* (1933), um clássico sobre o assunto. Fruto de sua polêmica com o historiador Alcindo Sodrê, Santa Rosa demarca, de forma duradoura, sua interpretação, explicando o fenômeno do tenentismo como as vanguardas das classes-médias, tomando-o positivamente como um grupo capaz de se opor a uma burguesia ao mesmo tempo agrária e industrial, apoiada nos latifúndios e nas oligarquias políticas, por meio de uma ditadura forte e enérgica, “apta a transformar a sociedade brasileira com a decretação de reformas profundas e radicais” (BORGES, 1998, p. 165). Essa postura se contrapõe à análise dos militantes comunistas (Octávio Brandão, Astrogildo Pereira e posteriormente Luis Carlos Prestes).



O outro autor é Barbosa Lima Sobrinho que, no mesmo ano, publica *A verdade sobre a revolução de outubro*. Neste livro, a Revolução de 1930 é apresentada como uma “guerra dos estados”, na qual o desequilíbrio entre eles, através da força excessiva de alguns estados ameaçando absorver os pequenos, reforçaria a luta regional, o que constitui no fator explicativo da crise e da vitória dessa revolução. Lima Sobrinho desacredita a versão do PCB como uma “fantasia” das interpretações de luta entre o capital inglês e o americano (OLIVEIRA, 1986; BORGES, 1998, p. 164-165).

Do final dos anos 1930 à segunda metade dos anos 1970, aproximadamente, a Revolução de 1930 teve mais um sentido de ruptura do que de continuidade. Inspirado em parte na obra de Virgínio Santa Rosa, Nelson Werneck Sodré propôs, em *Formação Histórica do Brasil* (1962), que havia uma contradição fundamental entre o setor agrário-exportador e os setores urbano-industriais e, nessa luta, as classes médias teriam um papel de vanguarda das reivindicações burguesas. Assim, a Revolução de 1930 é percebida como um conflito entre a burguesia e o latifúndio. Tal modelo vigorou na esquerda nacionalista e nos intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro até a sua derrota no golpe de 1964, quando se abriram novas interpretações acerca da realidade brasileira (GOMES & FERREIRA, 1989).

Nos anos 1960, além dos importantes trabalhos de levantamento documental e factual do período republicano desenvolvidos por Edgar Carone e Hélio Silva, destacamos a revisão historiográfica empreendida por Maria do Carmo Campello de Souza e Boris Fausto. Campello de Souza pôs em dúvida a idéia, baseada na revolução burguesa européia, de que o movimento de 1930 teria sido um embate entre latifúndio (estruturas agrárias) e indústria (estruturas urbanas nascentes). Na mesma época, Boris Fausto discute as interpretações dessa revolução pensando-as “dentro de uma dinâmica própria” do movimento e de suas contradições, afirmando que a Revolução de 1930 teria resultado basicamente de uma aliança temporária entre facções burguesas não-vinculadas ao café, às classes médias e ao tenentismo. Próximo das reflexões de Barbosa Lima Sobrinho, Boris Fausto afirma que 1930 foi uma acomodação das classes dominantes (BORGES, 1998, p. 176).

Lúcia Lippi Oliveira identifica a permanência do debate sobre a Revolução de 1930 na década de 1980, com as comemorações dos 50 anos da Revolução por meio de simpósios em diversos estados e no Distrito Federal. Segundo a autora, a discussão em torno do caráter revolucionário ou não do movimento de 1930 permaneceu como uma das tônicas do debate durante essa década, e que se fez presente no documentário de Silvio Back. Contudo, dois pontos consensuais emergiram no debate. O primeiro é que 1930 representou um novo equilíbrio das classes dominantes regionais em consequência da quebra da coesão das antigas oligarquias e do remanejamento dos quadros políticos da Primeira República. O segundo é que

o período de 1930 a 1937 foi visto como um período de experimentação de novas formas de organização nacional em que se acentuou o conflito entre o poder dos estados e o poder central, ou seja, entre o regionalismo e a centralização.

Contudo, uma das variáveis do debate foi alterada, pois, se em 1930 era indiscutível a necessidade de centralização política e administrativa, a questão nos anos 1980 é “como a sociedade brasi brasileira pode vir a controlar este Estado já construído e plenamente implantado na vida brasileira” (OLIVEIRA, 1986, p. 114). Paralelamente, um novo olhar sobre a Revolução de 1930 pode ser identificado nos trabalhos de Edgard De Decca, Carlos Alberto Visentini e Ítalo Tronca, propondo a idéia de que a Revolução de 1930 talvez seja a construção mais bem elaborada do pensamento autoritário no Brasil, pois “apagou a memória dos vencidos na luta e construiu o futuro na perspectiva dos vencedores” (TRONCA, 1985, p. 7).

Na década de 1990, a pesquisa de Vavy Pacheco Borges, *Tenentismo e revolução brasileira*, sugere que é inquestionável a ruptura jurídico-política de outubro de 1930.

Baseando-se em documentos da época, a autora recuperou a concepção de revolução vigente e demonstrou que havia uma pluralidade de conceitos, imagens e interpretações. A visão de história por trás dessa pesquisa não era mais a de uma história-processo, mas sim a de história como campo de possibilidades. A pluralidade, por conseguinte, se colocava tanto do ponto de vista do objeto, quanto do ponto de vista da concepção de história (BORGES, 1998, p. 181).

A historiografia produzida durante essa década deixa de lado o problema da revolução e passa a centrar-se na “questão democrática”, reaberta na segunda metade dos anos 1980, no debate político-intelectual brasileiro. Assim, ao invés de referências às interpretações da revolução a partir do conceito de ideologia, o que se observa é o enfoque em torno do conceito de representação (BORGES, 1998, p. 182).



Capa do livro *Tenentismo e revolução brasileira*.

FONTES E CRÉDITOS DO DOCUMENTÁRIO REVOLUÇÃO DE 1930

O suporte da excelente pesquisa iconográfica foi dado por consultores reconhecidos como Cosme Alves Neto, Carlos Roberto de Souza, José Carvalho Motta, Jurandir Noronha, Valêncio Xavier, Antonio Jesus Pfeil, Michel do Espírito Santos, Oldemar Blasi e Anita Murakami. Foram utilizados filmes e fotografias dos seguintes acervos públicos e privados: Fundação Cinemateca Brasileira (SP), Cinemateca do Museu de Arte Moderna (RJ), Cinemateca do Museu Guido Viaro (PR), Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP (SP), Fundação José Augusto (RN), Primo Carbonari (SP), Coleção Estevão Rainer Harbach (PR), CPDOC/FGV (RJ), EMBRAFILME (RJ), Museu da Imagem e do Som (FEMURG/RJ), Museu Paranaense (PR), Edgard Carone (SP) e de Aécio de Andrade (RJ).

Para se ter a idéia da relevância desta pesquisa iconográfica, especialmente por não se concentrar apenas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, enumeramos os filmes documentários e de ficção que integraram o documentário, por ordem cronológica: A Campanha de Arthur Bernardes (1922) – Carioca Film (RJ), Fábricas Votorantim (1922) – Independência Film (SP), Ao Redor do Brasil (1933) – Major Thomas Reis (RJ), O Grandioso Cortejo Cívico de Domingo em Honra de Rui Barbosa (1923) - Independência Film (SP), Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul (1923) – de Benjamin Camozatto (RS), Revolução de 1924 (1924) – Scab Film (MG), Pernambuco e sua Exposição em 1924 (1924), Pernambuco Film (PE), O segredo do Corcunda (1925) – de Alberto Traversa (SP), Taubaté (1927) – Hélios Film (SP), Hollywood Studios (1928) – de Arthur Rogge (EUA/PR), Novo Presidente do Paraná (1928), Botelho Film (RJ), Fragmentos da Vida (1929), de José Medina (SP), A Era da Renascença Nacional (1929), Botelho Film (SP), Alma Camponesa (1929) – de Júlio de Moraes (RJ/EUA), São Paulo, Sinfonia da Metrópole (1929), de Rodolfo Rex e Adalberto Kemeny (SP), Pátria Redimida (1930), de João Batista Groff (PR), Manobra da Força Pública de São Paulo (1930) ... SP, Revolução no Rio Grande do Sul (1930), de João Alves (RN), Alvorada de Glória (1931), de Victor Del Picchia e Luis de Barros (SP), Cinqüentenário da Colonização Italiana no Brasil (c. 1936) (SP), Getúlio – Drama e Glória de um Povo (1959) – de Alfredo Palácios (SP), Paulicéia Fantástica (1970), de

João Batista de Andrade, Comissão Estadual de Cinema e Conselho Estadual de Cultura da Secretaria de Esportes e Turismo (SP), *Acaba de Chegar ao Brazil o Bello Poeta Francez Blaise Cendrars* (1972) – de Carlos Augusto Machado Calil (SP).

A pesquisa musical e de acervo fonográfico foi elaborada pelo pesquisador Jairo Severiano, com a colaboração de Grácio Barbalho, Miécio Caffé, José Ramos Tinhorão e M. A. Azevedo (Nirez). O livro de Jairo Severiano sobre a presença de Getúlio Vargas na música popular pode ser considerado produto desta vasta pesquisa fonográfica, ressaltando uma das características mais marcantes da música popular brasileira que é o registro de fatos históricos, como a Revolução de 1930 e 1932, cuja descrição se dá nos mais variados ritmos, desde a moda de viola, as marchinhas irreverentes aos dobrados e hinos pomposos. Como registradas no filme de Silvio Back, podemos identificar algumas canções sobre a sucessão de Washington Luís, como as marchinhas de Hekel Tavares e Luis Peixoto: *Harmonia, Harmonia e Comendo Bola* e a marcha de Eduardo Souto, *É Sopa*. Sobre a Revolução de 1930, podemos mencionar o hino 24 de Outubro, de Henrique Vogeler e Catulo da Paixão Cearense, e a marchinha G-E-GÊ (Seu Getúlio), de Lamartine Babo (SEVERIANO, 1983: p. 4-14).

REVOLUÇÃO DE 1930: O DOCUMENTÁRIO

Na abertura do filme, o diretor Silvio Back faz uma homenagem a todos os cineastas, cinegrafistas, fotógrafos, compositores, músicos, intérpretes e colecionadores que possibilitaram, com imagens e sons dos anos 1920, a realização do filme. Como epígrafe da obra, o diretor colocou um poema de Affonso Ávila com a frase famosa do então governador de Minas Gerais, “façamos a revolução antes que o povo a faça”.

Já a construção da narrativa fílmica foi entremeada de depoimentos dos principais historiadores sobre a Revolução de 1930: Edgard Carone, Boris Fausto e Paulo Sérgio Pinheiro, que, através de posições diversas, possibilitaram uma melhor compreensão do rico debate historiográfico sobre o assunto. Faremos, agora, um breve resumo das principais idéias destes historiadores para depois nos posicionarmos sobre o documentário.

EDGARD CARONE

O autor afirma que os movimentos ocorridos entre 1922 e 1927 são revolucionários, pois querem abrir uma brecha no sistema oligárquico, porém não querem destruí-lo, nem o sistema da propriedade privada e da sociedade de classes. Deste modo, segundo o historiador, não podemos confundir o movimento revolucionário tenentista com o movimento revolucionário operário que tem uma diretriz mais profunda.

Ver glossário no final da Aula

Segundo **Carone**, a Revolução de 1922 e a de 1924 representam um elo único, uma dá continuidade à outra, ainda que a de 1924 represente uma ampliação em número e idéias revolucionárias. Muitos dos participantes de 1922 retomaram a série revolucionária em 1924, porém com uma participação mais ampla de outros estados, onde apareceram movimentos de cunho mais social, como no Amazonas e no Rio Grande do Sul. Assim, se, em 1922, não houve a mínima proclamação ideológica do movimento, nem mesmo um simples manifesto, em 1924 aparecem formulações ideológicas dos objetivos revolucionários. Como exemplo, o autor cita o caso do tenente Ribeiro Júnior que, em julho de 1924, no Amazonas, fez proclamações de caráter social bastante profundas, ditas até com teor comunista; e também, no Rio Grande do Sul, o lançamento do manifesto de Luís Carlos Prestes, em outubro de 1924, propondo reformas sociais. Assim, para Carone, a revolta de 1924 representa a consolidação da idéia revolucionária, deixando de lado o espontaneísmo de 1922 para pensar em um movimento militar mais extenso, atingindo um número maior de adesões e objetivos estratégicos mais definidos.

A Revolução de 1924 que, a princípio, foi ofensiva, com a tomada da capital e por ter se estendido pelo interior paulista, depois se vê limitada geograficamente ao Estado de São Paulo, sem condições de se expandir ofensivamente para o Rio de Janeiro. Então, os revolucionários vão passar da ofensiva para defensiva e da defensiva para a fuga, numa tentativa de levar a revolução para o interior do Brasil.

A Coluna Prestes é um fato heróico que teve início em março de 1925, quando seus componentes saíram de Foz de Iguaçu e se internaram na Bolívia, em fevereiro de 1927. É um feito militar extraordinário, por percorrer aproximadamente 25000 quilômetros sem ser derrotada, mas a rebeldia tenentista ocorreu de forma isolada.

A idéia de que os movimentos revolucionários de 1922 e de 1924 deságuam na Revolução de 1930 é errônea, porque os movimentos ocorridos entre 1922 e 1927 são revoluções tenentistas e 1930 é o somatório do tenentismo ao movimento das oligarquias dissidentes estaduais. Assim, a Revolução de 1930 é um movimento mais complexo, que canaliza insatisfações mais amplas de diversas classes, enquanto os anteriores são movimentos de classe média.

A imposição da candidatura de Júlio Prestes só foi possível devido à política do “café-com-leite”, mas Washington Luiz pretendia continuar a política de valorização do cruzeiro e para isso impõe aquela candidatura. Este fato que, em situação normal, seria logo resolvido dentro do jogo oligárquico, adquire um novo contorno por causa da insatisfação geral no país, configurando uma crise no sistema oligárquico.

A formação da Aliança Liberal, isto é, de uma oposição política contra Washington Luís por conta da imposição da candidatura de Júlio Prestes, acaba por permitir a construção de uma plataforma política, ainda que vaga, das oligarquias dissidentes, representando um “não” à situação dominante.

O resultado das eleições de 1º de março deu vitória a Júlio Prestes, com mais de 700 mil votos, com exceção dos Estados aliancistas (PB, RS e MG), porque as máquinas coronelísticas funcionaram respectivamente em favor dos seus candidatos. Borges de Medeiros e Getúlio Vargas acataram a vitória de Júlio Prestes. Contudo, setores mais radicalizados das oligarquias dissidentes procuram os tenentes no exílio com o objetivo de compor um levante contra a posse de Júlio Prestes. Essa aliança aconteceu com a morte de João Pessoa, cujo assassinato fora produto das disputas internas na Paraíba, mas que acabou por reascender o processo revolucionário.

A Revolução de 1930 não trouxe no seu bojo um programa diferente dos programas das oligarquias, ainda que a plataforma da Aliança Liberal, lida por Getúlio no Rio de Janeiro, tenha um pressuposto social. Mas, no fundo, essa reivindicação social é uma concessão e não significa uma mudança do domínio político da oligarquia por uma outra classe. É uma mudança intra-oligárquica em que o novo grupo da oligarquia tem um programa mais extenso do que a outra oligarquia até então no poder.

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

Para o autor, é uma fabulação a tentativa de determinada historiografia colocar os tenentes como articuladores do progresso e de uma visão modernizadora da sociedade brasileira, pois o discurso dos tenentes era extremamente autoritário e sua plataforma política se baseava apenas na crítica das limitações do sistema político eleitoral com críticas à verdade eleitoral. Mesmo que os tenentes tenham feitos de grande heroísmo, como o episódio do 18 do Forte de Copacabana e a Coluna Prestes-Miguel Costa, o que não constitui uma guerrilha popular, sua vocação tutelar e paternalista se manifesta no ideário autoritário e estatizante do movimento, numa vertente antidemocrática.

O erro desta historiografia é construir uma visão quase popular dos tenentes, de uma representação popular, pois o conteúdo extremamente autoritário contra a mobilização popular era decisiva em suas propostas. Assim, todas as revoltas tenentistas eram intensamente antipopulares. O

medo da massa, o medo de que o populacho assumisse o controle era alguma coisa que os deixava em pânico, como fica claro nos escritos de Juarez Távora. Portanto, o movimento tenentista não tinha o menor interesse em mobilizar a classe operária.

Não houve uma ruptura fundamental dos anos 1920 e 1930 no que diz respeito à política repressiva em relação às classes populares, em especial aqueles setores operários que tentavam se organizar de maneira autônoma frente ao Estado. O que muda é a sofisticação da política paternalista do Estado, de manipulação da classe operária que já existia nos anos 1920. O historiador cita o exemplo das “listas negras” dos empresários têxteis em São Paulo, que eram meio improvisadas. Mas com a criação do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem, elas adquirem contornos mais sistemáticos, através da divulgação dos nomes de operários indesejáveis demitidos em boletins regulares. Em 1927, é o DOPS que vai assumir esse papel de identificação dos indesejáveis e isso não é modificado durante os anos 1930. Assim, para os militantes operários, não há nenhuma alteração em relação às perseguições que vinham dos anos anteriores.

As conseqüências da Revolução Soviética no Brasil não podem ser desprezadas. A criação do PCB, em 1922, representa uma ruptura no movimento anarcossindicalista e um amplo debate no movimento operário. Entretanto, a emergência de um setor sindical reformista disposto a negociar com o Estado, chamado de “amarelo”, não pode ser desprezada na análise desse período (década de 1920), pois esses sindicatos vão ser os precursores dos sindicatos pelegos que comporão a base de legitimidade do sindicalismo de Estado dos anos 1930.

Algumas formações da esquerda, nos anos 1930, tentaram ver, equivocadamente, a revolução desse ano como o conflito entre o capital inglês e o capital norte-americano. Mesmo sem essa revolução, a tendência à predominância do capital norte-americano teria ocorrido, na medida em que não foi só a mudança política que propiciou isso, mas também a economia internacional, isto é, as relações internacionais modificadas com a emergência dos EUA na arena internacional após a Primeira Guerra Mundial.

Essa revolução não teve uma intervenção direta da classe operária e também não foi feita pelas classes médias. Elas apenas a apoiaram ideologicamente e através de mobilização em comícios.

A Revolução de 1930 é um rearranjo ao nível das classes dominantes. A liderança ousada de **Getúlio Vargas** representava o novo e ao mesmo tempo agregava o velho, mesclando a presença de “carcomidos” com tenentes. Portanto, a revolução vai além dos atores.

Ver glossário no final da Aula

BORIS FAUSTO

O operariado pesa pouco na sociedade da Primeira República, pois havia uma sociedade basicamente agrária, em que o setor industrial ainda não era decisivo na economia. Isto não quer dizer que não exista uma história da classe operária na Primeira República, que não tenha tido momentos de expressão, como as mobilizações operárias desde 1917 a 1919, com centenas de greves e reivindicações. A derrota desta vaga de greves se expressa numa espécie de aquietamento do movimento operário ao longo dos anos 1920, quando se esboça o início da legislação social, como lei de férias, caixas de aposentadoria, que, posteriormente, será incrementada na década de 1930.

Embora houvesse uma enorme disputa dos mercados latino-americanos entre o capital norte-americano e o capital britânico, com o final da I Guerra Mundial, percebe-se a hegemonia do capital norte-americano na América Latina. O que não quer dizer que podemos estabelecer uma relação mecânica de causa e efeito muito simples entre o imperialismo inglês e a República Velha de um lado, e a Revolução de 1930 e o imperialismo norte-americano, de outro. Essa não é uma revolução social e os norte-americanos querem estabilidade, o que pode ser percebido na correspondência consular norte-americana de que não se venda armas aos revolucionários. Contudo, setores privados americanos, principalmente o da carne no Rio Grande do Sul, apoiaram a revolução na esperança de ter um acesso mais forte ao poder, já que o sistema oligárquico representava os interesses do café.



Capa do livro *A Revolução de 30 - Historiografia e História*, de Boris Fausto.

O dado novo é a crise internacional de 1929 e a grande crise financeira no Brasil, quando o setor do café reivindicou a moratória e o socorro governamental, e o governo de Washington Luís rejeitou com o objetivo de preservar as finanças do Estado. Estabelece-se aqui o grande desentendimento entre Washington Luís e os cafeicultores, o que ajudou muito esses revolucionários. Todavia, não podemos falar dessa revolução como golpe da burguesia, pois não houve uma atuação decisiva da burguesia paulista, a única estruturada no Brasil, além de ela-ter se colocado em defesa do governo de Washington Luís.

Essa revolução é um dos momentos da constituição do capitalismo no

Brasil, porém, isso ocorreu de maneira mais complexa, pois a burguesia industrial não atuou como agente transformador e diretamente atuante na

revolução de 30. Pensar a burguesia industrial como ator da Revolução de 30 só foi possível depois dos fatos – a industrialização veio depois de 30.

O historiador chama a atenção para o fenômeno da mobilização popular nas grandes cidades brasileiras no final dos anos 1920 e 1930, com forte contingente de membros da classe média. Isto representa o impulso da população urbana em participar da política nacional, seja em comícios, seja nas eleições. Inclusive, é o maior percentual de participação eleitoral nas eleições de 1930 de toda a história da república até então.

A Revolução de 1930 não é uma revolução de classes médias, pois são as classes mais altas que, de fato, detêm o poder. Entretanto, a revolução promove também a ascensão das classes médias, inclusive com seu apoio e participação nas grandes cidades. Para muita gente da classe média de São Paulo e para setores ligados à oligarquia paulista representa uma derrota. Por outro lado, para uma parcela da população que vinha em declínio e ascendeu à classe média essa revolução foi benéfica, pois a ampliação do aparelho estatal favoreceu sua ascensão social através de empregos em ministérios e outros organismos estatais.

Qual a participação da plebe nessa revolução? Sua participação é mínima, ainda que nutra esperanças diante das transformações. Assim, a base popular citada nas memórias de Paulo Nogueira Filho, aliancista paulista, fala do apoio dos operários no Brás, na cidade de São Paulo, mas pela sua descrição quem domina mesmo as manifestações é a classe média urbana.

Apesar de apresentar as características de uma revolução, esse episódio histórico não tem um conteúdo de transformação social muito grande. O que não significa que ele não tenha transformado o panorama econômico, social e político do país. Podemos dizer que há um país antes de 1930 e outro país após este ano, ainda que não tenha havido uma revolução social.

DEPOIS DO DOCUMENTÁRIO...

É provável que você tenha dificuldades ao assistir a esse documentário, dada a riqueza de informações, que, às vezes, gera certa indecisão em relação à escolha que deveremos fazer. Não sabemos se assistimos às imagens fotográficas ou de filmes, escutamos as composições da música popular (marchinhas, jingles etc.) ou se prestamos atenção aos depoimentos dos historiadores. Contudo, seja qual for a opção que fizermos, esse documentário pode ser considerado um marco no debate sobre a Revolução de 1930, especialmente por trazer ao grande público uma parte da história republicana do Brasil que a ditadura militar, vigente à época de sua realização, teimava em tentar esquecer.

CONCLUSÃO

Podemos afirmar que, a despeito de toda a polêmica historiográfica acerca da Revolução de 1930, consensualmente, ela representou um novo equilíbrio das classes dominantes regionais em consequência da quebra da coesão das antigas oligarquias e do remanejamento dos quadros políticos da Primeira República. Isto aconteceu como desenlace da própria inserção do Brasil nos quadros do capitalismo internacional, ao expressar a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento voltado essencialmente para um único gênero de exportação se torna cada vez mais precário. Ao mesmo tempo, a oposição ao predomínio da burguesia cafeeira não provém, entretanto, de um setor industrial, supostamente interessado em expandir o mercado interno.

As tensões sociais oriundas da década de 1920, as peripécias eleitorais das eleições de 1930 e a crise econômica internacional propiciam a criação de uma frente difusa, em março/outubro de 1930, reunindo o setor militar (tenentes se aliam a alguns quadros superiores) e as classes dominantes regionais. Em suma, como ressaltou Boris Fausto (1986),

Embora os limites da ação do Estado sejam ampliados para além da consciência e das intenções de seus agentes, sob o impacto da crise econômica, o novo governo representa mais uma transição no interior das classes dominantes, tão bem expressa na intocabilidade sagrada das relações sociais no campo (FAUSTO, 1986, p. 113)

Por outro lado, como desdobramento do processo de ruptura institucional, o período de 1930 a 1937 pode ser visto como um período de polarização político-ideológica, com a formação dos movimentos integralista e da Aliança Nacional Libertadora, bem como da experimentação de novas formas de organização nacional em que se acentuou o conflito entre o poder dos Estados e o poder central, ou seja, entre o regionalismo e a centralização.

Mas talvez o efeito mais duradouro do período pós-1930 seja a incorporação do proletariado à sociedade brasileira, com a sistematização da legislação trabalhista e previdenciária por parte do poder estatal. Também não podemos esquecer a presença decisiva das Forças Armadas como sustentáculo de um Estado que ganha maior autonomia em relação ao conjunto da sociedade, que se desdobrará por todo o período contemporâneo.



Cartaz da campanha de Vargas em 1930. (Fonte: <http://www.novomile-nio.inf.br/santos/h0087.htm>).



ATIVIDADES

“Nunca contarão comigo para um movimento armado. Prefiro dez Júlios Prestes a uma revolução”. Com base manifesto de Luís Carlos Prestes, comente esta declaração de João Pessoa, inserindo a posição política de setores das oligarquias regionais no quadro da Revolução de 1930.



RESUMO

Nesta aula estabelecemos uma análise sobre a importância da Revolução de 1930 para a História do Brasil, a partir do documentário de Silvio Back, realçando a pesquisa iconográfica e musical desenvolvida pelo diretor. Ao confrontar as idéias dos historiadores presentes no documentário – Edgar Carone, Boris Fausto e Paulo Sérgio Pinheiro – procuramos proporcionar ao estudante a reflexão sobre a possibilidade do diálogo entre cinema/cinematografia e história/historiografia, na medida em que emergem concepções históricas distintas sobre a Revolução de 1930, num diálogo profícuo com as tendências representativas da historiografia brasileira do período analisado.

O ESTADO NOVO E AS CLASSES TRABALHADORAS

“Operários do Brasil: no momento em que se festeja o Dia do Trabalho, não desejei que esta comemoração se limitasse a palavras, mas que fosse traduzida em fatos e atos que constituíssem marcos imperecíveis, assinalando pontos luminosos na marcha e na evolução das leis sociais no Brasil.

Nenhum governo, nos dias presentes, pode desempenhar sua função sem satisfazer as justas aspirações das massas trabalhadoras.

Podeis interrogar, talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: a ordem e o trabalho! Em primeiro lugar, a ordem, porque na desordem nada se constrói; porque, num país como o nosso, onde há tanto trabalho a realizar, onde há tantas iniciativas a adotar, onde há tantas possibilidades a desenvolver, só a ordem assegura a confiança e a estabilidade.

O trabalho só se pode desenvolver em ambiente de ordem. Por isso, a Lei do Salário Mínimo, que vem trazer garantias ao trabalhador, era necessidade que há muito se impunha. Como sabeis, em nosso País, o trabalhador, principalmente o trabalhador rural, vive abandonado, percebendo uma remuneração inferior as suas necessidades.

No momento em que se providencia para que todos os trabalhadores brasileiros tenham casa barata, isentados dos impostos de transmissão, torna-se necessário ao mesmo tempo que, pelo trabalho, se lhes garanta a casa, a subsistência, o vestuário, a educação dos filhos.

O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana!

Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando apenas o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social. Além dessas condições, é forçoso observar que, num País como o nosso, onde em alguns casos há excesso de produção, desde que o operário seja melhor remunerado, poderá, elevando seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as condições do mercado interno. Após a série de leis sociais com que tem sido amparado e beneficiado o trabalhador brasileiro, a partir da organização sindical, da Lei dos Dois Terços, que terá de ser cumprida e que está sendo cumprida, das férias remuneradas, das caixas de aposentadoria e pensões, que asseguraram a tranqüilidade do trabalhador na invalidez e a dos seus filhos na orfandade, a Lei do Salário Mínimo virá assinalar, sem dúvida, um marco de grande relevância na evolução da legislação social brasileira. Não se pode afirmar que seja o seu termo, porque outras se seguirão.

UM OPERÁRIO: - Confiamos em V. Exa.

O SR. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS: - O orador operário, que foi o intérprete dos sentimentos de seus companheiros, declarou, há pouco, que a legislação social do Brasil veio estabelecer a harmonia e a tranqüilidade entre empregados e empregadores. É esta uma afirmativa feliz, que ecoou bem no meu coração. Não basta, porém, a tranqüilidade e a harmonia entre empregados e empregadores. É preciso a colaboração de uns e outros no esforço espontâneo e no trabalho comum em bem dessa harmonia, da cooperação e do conagraamento de todas as classes sociais. O movimento de 10 de novembro pode ser considerado, sob certos aspectos, como um reajustamento dos quadros da vida brasileira. Esse reajustamento terá de se realizar, e já se vem realizando exatamente pela cooperação de todas as classes. O governo não deseja, em nenhuma hipótese, o dissídio das classes nem a predominância de umas sobre outras. Da fixação dos preceitos do cooperativismo na Constituição de 10 de novembro deverá decorrer, naturalmente, o estímulo vivificador do espírito de colaboração entre todas categorias de trabalho e de produção. Essa colaboração será efetivada na subordinação ao sentido superior da organização social. Um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional.

É preciso, portanto, para a realização desse ideal supremo, que todos marchem unidos, em ascensão prodigiosa, heróica e vibrante, no sentido da colaboração comum e do esforço homogêneo pela prosperidade e pela grandeza do Brasil”.

FARIA, Antonio Augusto e BARROS, Edgard Luiz de. O retrato do velho. São Paulo: Atual, 1984. p. 77 e 78.

REFERÊNCIAS

BORGES, Vavy Pacheco. Anos Trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

DE DECCA, Edgar. **1930: o silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 10ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FENELON, Dea Ribeiro (org.). **50 textos de História do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1974 (Coleção Textos).

FIGUEIREDO, Eurico (org.). **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

GOMES, Ângela de C. & FERREIRA, Marieta de M. - Primeira República: um balanço historiográfico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Revolução de 1930: uma bibliografia comentada. In: **O que se deve ler em ciências sociais no Brasil**. v. 1. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1986.

SEVERIANO, Jairo. **Getúlio Vargas e a música popular**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1983.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930: a dominação oculta**. 4ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1985 (Coleção Tudo é História).

GLÓSSARIO



Edgard Carone: Historiador paulista (1923/2003), livre-docente pela USP, especialista em história da República e do movimento operário no Brasil. Publicou *A Primeira República* (1962).



Paulo Sérgio Pinheiro: Doutor em Sociologia pela Sorbone e professor da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Autor de *A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado* (1981) e *A classe operária no Brasil: documentos* (1889/1930).



Getúlio Vargas: Político gaúcho (1883/1954). Chefe do governo provisório, posterior à Revolução de 1930, e presidente do Brasil no período 1934/1945 e 1951/1954.



Boris Fausto: Historiador e cientista político paulista (1930), professor do Departamento de Ciência Política da USP. Publicou *A Revolução de 30: historiografia e história* (1970).